

# PAE - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

## BARRAGEM DIQUE PARACATU - CADERNO IV PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL FEDERAL E MUNICIPAL



DIRETORIA ESPECIAL DE REPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



DEZEMBRO/2021

**SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>4</b>  |
| <b>2. AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO .....</b>   | <b>6</b>  |
| 2.1. PLANO DE MOBILIZAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL   | 6         |
| 2.1.1. MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA - REUNIÕES DE ARTICULAÇÃO E MEDIAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM FOCO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA ..... | 6         |
| 2.1.1.1. OBJETIVOS.....  | 6         |
| 2.1.1.2. PÚBLICO-ALVO .....  | 7         |
| 2.1.1.3. METODOLOGIA .....   | 7         |
| 2.1.1.4. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO .....  | 8         |
| 2.1.1.5. RESULTADOS DA AÇÃO .....  | 9         |
| 2.1.1.6. EQUIPE .....  | 9         |
| 2.2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO .....  | 9         |
| 2.2.1. MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA – REUNIÕES DE ARTICULAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM FOCO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA .....             | 9         |
| <b>3. LISTA DE CONTATOS .....</b>  | <b>11</b> |
| 3.1. CONTATOS A SEREM INFORMADOS E ACIONADOS EM CASO DE EMERGÊNCIA .....   | 11        |
| 3.1.1. CONTATOS INTERNOS DO EMPREENDEDOR .....   | 11        |
| 3.1.2. CONTATOS EXTERNOS AO EMPREENDEDOR (ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO).....   | 11        |
| 3.1.3. CONTATOS EXTERNOS AO EMPREENDEDOR (PROPRIETÁRIOS E RESPONSÁVEIS VINCULADOS AO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL) .....  | 11        |
| <b>4. PROTOCOLOS DE AÇÕES EMERGENCIAIS .....</b>   | <b>12</b> |
| 4.1. PROCOLO DE COMUNICAÇÃO .....  | 13        |
| 4.1.1. FASES DA EMERGÊNCIA: PARÂMETROS PARA O ACIONAMENTO .....  | 13        |
| 4.1.2. FLUXOGRAMA PARA COMUNICAÇÃO DO ACIONAMENTO DO NÍVEL 1 DE EMERGÊNCIA   | 14        |
| 4.1.3. FLUXOGRAMA PARA COMUNICAÇÃO DO ACIONAMENTO DO NÍVEL 2 DE EMERGÊNCIA   | 15        |
| 4.1.4. FLUXOGRAMA PARA COMUNICAÇÃO DO ACIONAMENTO DO NÍVEL 3 DE EMERGÊNCIA   | 16        |

|  |    |
|--|----|
| 4.2. MATRIZ DE AÇÕES .....   | 17 |
| 4.2.1. ESPECIFICAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA AS AÇÕES NOS BENS DE NATUREZA MATERIAL, ARQUEOLÓGICA E IMATERIAL..... | 18 |
| 4.2.1.1. ATUALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO.....  | 18 |
| 4.2.1.2. ELABORAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE FICHA DE CADASTRO.....   | 21 |
| 4.2.2. ESPECIFICAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA AS AÇÕES NOS BENS DE NATUREZA IMATERIAL.....                          | 23 |
| 4.2.2.1. MEDIAÇÃO E OFICINAS PARA SALVAGUARDA DO BEM IMATERIAL.....  | 23 |
| 4.2.2.2. CALENDÁRIO (CRONOGRAMA) DAS PRÁTICAS CULTURAIS .....  | 28 |
| 5. FICHA TÉCNICA.....  | 31 |

| OBJETO DE DOCUMENTAÇÃO  |  |
|-------------------------|--|
| DESIGNAÇÃO:             | PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA – PAE PATRIMÔNIO CULTURAL              |
| BARRAGEM:               | DIQUE PARACATU   |
| SITUAÇÃO DA BARRAGEM:   | NÍVEL 1 DE EMERGÊNCIA ACIONADO                                     |
| CONCLUSÃO DO RELATÓRIO: | DEZEMBRO/2021  |
| ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO |  |
| PROFISSIONAL:           | MARÍLIS MENDES P. DA COSTA LIMA                                    |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | COORDENADORA GERAL   |
| FORMAÇÃO:               | ARQUITETA E URBANISTA – CAU A39320-7                               |
| PROFISSIONAL:           | BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO                                       |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | COORDENADORA – MATERIAL  |
| FORMAÇÃO:               | ARQUITETA E URBANISTA - CAU A69976-4                               |
| PROFISSIONAL:           | CAROLINE CÉSARI  |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | COORDENADORA – IMATERIAL   |
| FORMAÇÃO:               | ANTROPÓLOGA E HISTORIADORA   |
| PROFISSIONAL:           | KLEUMANERY MELO  |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | COORDENADORA – ELEMENTOS ARTÍSTICOS                                |
| FORMAÇÃO:               | CONSERVADORA-RESTAURADORA  |
| PROFISSIONAL:           | RAFAELA FONSECA  |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | PESQUISADORA   |
| FORMAÇÃO:               | ARQUEÓLOGA   |
| PROFISSIONAL:           | RAMON RAMOS PIMENTA  |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | PESQUISADOR  |
| FORMAÇÃO:               | ARQUITETO E URBANISTA – CAU A150576-9                              |
| PROFISSIONAL:           | BERNARDO ALVES DE BRITO ANDRADE                                    |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | PESQUISADOR  |
| FORMAÇÃO:               | HISTORIADOR  |
| PROFISSIONAL:           | STEFANY HELENA DA SILVA  |
| FUNÇÃO NO PROJETO:      | ANALISTA DE GEOPROCESSAMENTO                                       |
| FORMAÇÃO:               | GEÓGRAFA   |
| CONTRATANTE             |  |
| DESIGNAÇÃO:             | VALE S.A.  |
| CNPJ:                   | 33.592.510/0001-54   |
| ENDEREÇO:               | PRAIA DE BOTAFOGO, 186, SALAS 701 A 1901, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO |
| DIRETORIA:              | DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO FERROSOS E CARVÃO      |
| OBJETO DO CONTRATO:     | PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA - Nº DO CONTRATO: 5900088167           |
| GESTOR:                 | WARLEY DE ALMEIDA DELGADO – ARQUEÓLOGO                             |
| CONTATO:                | warley.delgado@vale.com  |
| CONTRATADA              |  |
| DESIGNAÇÃO:             | ESTILO NACIONAL LTDA   |
| CNPJ:                   | 06.992.587/0001-49   |
| ENDEREÇO:               | AV. AFONSO PENA, 3111/503, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG         |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO:    | EDUARDO FELIPE ANDRADE ALVIM                                       |
| FORMAÇÃO:               | ARQUITETO E URBANISTA – CAU A38989-7                               |
| E-MAIL:                 | eduardo.alvim@estilonacional.com                                   |
| RESPONSÁVEL TÉCNICA:    | MARÍLIS MENDES PEREIRA DA COSTA LIMA                               |
| FORMAÇÃO:               | ARQUITETA E URBANISTA – CAU A39320-7                               |
| E-MAIL:                 | marilis.lima@estilonacional.com                                    |

## 1. APRESENTAÇÃO

A Vale S.A. e a Estilo Nacional apresentam, no âmbito do projeto “Ações de Proteção do Patrimônio Cultural”, o **PAE - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL** em interface com a mancha hipotética de inundação da **BARRAGEM DIQUE PARACATU DA MINA FAZENDÃO**.

O recorte espacial traz ações de planejamento e gerenciamento de riscos nos municípios interceptados pela mancha hipotética de inundação apresentada no estudo de *dam break*, distribuídos na tabela a seguir, de acordo com as áreas de ZAS – Zona de Autossalvamento e ZSS – Zona de Segurança Secundária<sup>1</sup>.

**TABELA 1: LISTA DOS MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIOS EM ÁREAS DE ZAS E ZSS. FONTE: VALE S.A.**

| LISTA DOS MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIO EM ÁREAS DE ZAS E ZSS           |                   |
|---|-------------------|
| ESTRUTURA: BARRAGEM DIQUE PARACATU – NÍVEL 1 DE EMERGÊNCIA ACIONADO |                   |
| MUNICÍPIOS NA ZAS   | MUNICÍPIOS NA ZSS |
| CATAS ALTAS - MG  | -                 |

O Dique Paracatu, da Mina Fazendão, está localizado no município de Catas Altas/MG. Com relação à classificação da barragem quanto ao risco de rompimento, o Dique Paracatu encontra-se com nível 1 de emergência acionado. Este dique vem apresentando Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) negativa desde 2019, o que significa que não houve melhora nas suas condições de estabilidade desde o acionamento da emergência<sup>2</sup>.

A mancha hipotética de inundação do Dique Paracatu possui cerca de 1.200 metros de extensão e atravessa a Estrada de Ferro Vitória-Minas. Após a ferrovia, a mancha tangencia a localidade de Morro D'água Quente, atingindo alguns fundos de quintais e findando próximo à Barragem Mosquito.

Este documento foi elaborado para atendimento à Lei Ordinária nº 23.291/2019<sup>3</sup>, que institui a política estadual de segurança de barragens, ao Decreto nº 48.078/2020<sup>4</sup>, que regulamenta os procedimentos para análise e aprovação do PAE e à Portaria IEPHA/MG nº 07/2021<sup>5</sup>, que estabelece normas e procedimentos acerca da apresentação, análise e aprovação do Plano de Ação de Emergência – PAE<sup>6</sup>. Sua estruturação obedece os pré-requisitos firmados pela legislação em vigor<sup>7</sup> e subdivide-se em cadernos técnicos com o objetivo de otimizar os propósitos das ações emergenciais pelas instâncias fiscalizadoras.

<sup>1</sup> Conforme a Portaria n. 70.389 de 17 de maio de 2017, que cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, temos as seguintes definições: ZAS - Zona de Autossalvamento: região do vale à jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são da responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência, devendo-se adotar a maior das seguintes distâncias para a sua delimitação: a distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 km. ZSS – Zona de Segurança Secundária: região constante do Mapa de Inundação, não definida como ZAS. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20222904/do1-2017-05-19-portaria-n-70-389-de-17-de-maio-de-2017-20222835](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20222904/do1-2017-05-19-portaria-n-70-389-de-17-de-maio-de-2017-20222835). Acesso em Mar/2021.

<sup>2</sup> Cf. Vale S.A. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/press-releases/Paginas/Vale-informa-sobre-Declara%C3%A7%C3%B5es-de-Condi%C3%A7%C3%A3o-de-Estabilidade1001-3355.aspx>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23291&comp=&ano=2019>. Acesso em Mar/2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=48078&comp=&ano=2020>. Acesso em Mar/2021.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://iepha.mg.gov.br/images/servicos/PlanoAcaoEmergencial/IEPHA-portaria\\_07-2021\\_PAE.pdf](http://iepha.mg.gov.br/images/servicos/PlanoAcaoEmergencial/IEPHA-portaria_07-2021_PAE.pdf). Acesso em Abr/2021.

<sup>6</sup> Ainda que em alguma estrutura não seja detectado bens culturais protegidos sob tutela do Estado (IEPHA) nas manchas hipotéticas de inundação, todos os produtos se basearam na portaria deste órgão, pois não há normativa específica acerca do tema nas instâncias federal e municipal.

<sup>7</sup> Além das leis e normas que dispõem sobre os planos de ação emergencial de barragens, o documento possui consonância com os manifestos mundiais, sobretudo em atendimento ao Marco de Sendai vigente para os anos de 2015-2030 e em resposta à identidade e respeito pela produção cultural das comunidades envolvidas.

Atenta-se pelo vínculo entre os cadernos técnicos que compõem o PAE, os quais são complementares e indissociáveis para a aplicabilidade efetiva das ações de emergência, na medida em que são produtos sequenciais e resultantes do contexto geral do gerenciamento de riscos. Dessa forma, o plano proposto apresenta o seguinte ordenamento:

- **Caderno I:** Identificação e Mapeamento do Patrimônio Cultural em Interface com a Mancha Hipotética de Inundação
- **Caderno II:** Diagnóstico do Patrimônio Cultural Estadual
- **Caderno III:** Plano de Ação Emergencial para o Patrimônio Cultural Estadual
- **Caderno IV:** Plano de Ação Emergencial para o Patrimônio Cultural Federal e Municipal
- **Caderno V:** Apêndices

O relatório apresentado neste documento refere-se aos estudos destinados ao **CADERNO IV – PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL FEDERAL E MUNICIPAL**.

Cabe registrar, por fim, que estes cadernos técnicos foram elaborados durante a pandemia da COVID-19, a qual impôs como desafio o estabelecimento de diferentes critérios de trabalho — especialmente durante a mobilização social e nos levantamentos em campo — de modo a conciliar o menor prejuízo possível à condução técnica, visando a preservação da saúde dos envolvidos, sejam eles das comunidades/atores ou do corpo técnico. Ressalta-se que as estratégias adotadas foram norteadas pelas orientações de Saúde e Segurança da Vale S.A. e pelos decretos sanitários vigentes, de modo a garantir o distanciamento social e cumprimento de todos os protocolos.

## 2. AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

As ações de mobilização foram organizadas da seguinte forma:

1. **Plano de Mobilização e Mediação para Salvaguarda do Patrimônio Cultural** – roteiro com finalidade de subsidiar e promover atividades participativas. Está subdividido em:
  - **Mobilização Institucional e Comunitária:** reuniões de articulação e mediações para identificação de bens culturais e educação patrimonial com foco em situações de emergência;
2. **Relatório de Execução das Ações de Mobilização** – documento comprobatório das ações promovidas. O relatório está subdividido em:
  - **Mobilização Institucional e Comunitária – Reuniões de Articulação e Mediações para Identificação de Bens Culturais e Educação Patrimonial com Foco em Situações de Emergência:** relatório descritivo;
  - **Mobilização para Ações Diversas:** informativo.

### 2.1. PLANO DE MOBILIZAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

#### 2.1.1. MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA - REUNIÕES DE ARTICULAÇÃO E MEDIAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM FOCO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

##### 2.1.1.1. OBJETIVOS

A ação tem como objetivo principal promover a coleta de informações necessárias para a elaboração e implementação do Plano de Ação de Emergência nos municípios vinculados ao *dam break*, agrupadas nos seguintes eixos:

**Bens Materiais:** 1) identificação e mapeamento do patrimônio cultural material em interface com a mancha de inundação; 2) obtenção de documentos sobre os bens protegidos: inventários e dossiês de tombamento; 3) identificação de patrimônio associado (quando aplicável); 4) coleta de indicações sobre locais para a guarda temporária de bens móveis e arquivísticos protegidos, por ocasião de eventuais resgates; e 5) contatos e estratégias para o acionamento da comunidade diante da emergência.

**Bens Imateriais:** 1) identificação e mapeamento do patrimônio cultural material em interface com a mancha de inundação; 2) obtenção de documentos sobre os bens protegidos: inventários e dossiês de registro; 3) identificação de locais de ocorrência e modos de agenciamento do território; 4) identificação de suportes e elementos materiais a estes associados; 5) calendário das manifestações e identificação de datas, períodos e ciclos temporais de relevância para a continuidade das práticas culturais; 6) coleta de indicações sobre locais para a guarda temporária de elementos da materialidade associada vinculados às práticas

culturais registradas, por ocasião de eventuais resgates; e 7) contatos e estratégias para o acionamento da comunidade diante da emergência.

#### 2.1.1.2. PÚBLICO-ALVO

- Detentores, mestres e proprietários dos bens culturais protegidos em interface com a mancha de inundação;
- Representantes do poder público municipal envolvidos em setores relacionadas à cultura e ao patrimônio cultural dos municípios, tais como: membros das Secretarias de Cultura e dos Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural; e representantes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (quando aplicável).

#### 2.1.1.3. METODOLOGIA

As ações destinadas à articulação institucional e comunitária procederão por meio da realização de reuniões presenciais conduzidas pela equipe responsável pela execução desta ação do PAE junto ao público-alvo, as quais serão documentadas por meio de listas de presença e registros fotográficos. As etapas de desenvolvimento da ação envolvem:

- Mobilização das instituições via equipe de Relações Institucionais - RI Vale para realização de informe sobre o início das atividades e consulta de datas prováveis para a realização das ações;
- Envio de texto informativo contendo a finalidade, a metodologia prevista para as atividades e as datas definidas para a realização das ações;
- Realização das reuniões junto ao público-alvo;
- Elaboração das informações coletadas e produção do relatório descritivo.

As atividades deverão ser organizadas em dois momentos. A primeira etapa dos encontros deverá abordar, por meio de linguagem compatível com o público-alvo da ação, os principais conceitos e procedimentos associados a situações de emergência envolvendo empreendimentos de mineração. Por ocasião desta fala preliminar serão abordados, de forma didática e objetiva, parâmetros técnicos e jurídicos associados a tal contexto, tais como: situação de emergência, estudos de *dam break*, fases da emergência, níveis de emergência, zona de autossalvamento, zona de segurança secundária, etc. Serão abordados ainda conceitos associados ao campo do patrimônio cultural, tais como, *memória, identidade coletiva, diversidade cultural, etc.* e, ainda, aqueles associados à elaboração e implementação do PAE no que se refere aos protocolos de ação previstos para os bens culturais, como por exemplo, *salvaguarda, resgate, registro documental e audiovisual, vigilância patrimonial, etc.*

Pretende-se assim familiarizar o público-alvo da ação com o contexto jurídico-institucional no qual serão realizadas as ações, com vistas a garantia de uma participação qualificada dos envolvidos durante o segundo momento da atividade. Neste primeiro momento poderão ser utilizados recursos audiovisuais e cartilhas,



fazendo uso de objetos representativos das práticas e dos bens culturais, buscando explorar os sentidos e as memórias coletivas no processo de mediação.

Durante a segunda etapa da atividade, os participantes serão divididos em grupos menores, distribuídos segundo a categorização oficial dos bens culturais ou grupo focal. Contando com a orientação de um ou mais facilitadores no interior de cada um dos grupos, os participantes serão estimulados a registrar em cartazes - por meio de uma condução lúdica e interativa - os elementos que caracterizam os bens culturais identificados em relação aos eixos supramencionados para bens materiais e imateriais que constituem os objetivos específicos da atividade.

Para o processamento das informações coletadas será utilizada a metodologia DAFO ou SWOT (sigla em inglês para *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), perspectiva centrada no planejamento estratégico que engloba a análise de cenários para tomada de decisões. Essa ferramenta propõe analisar a situação de diferentes processos a partir da listagem de suas fortalezas, debilidades, oportunidades e ameaças<sup>8</sup>, não se limitando à identificação de problemas e carências. Sendo assim, faz-se necessário que os proprietários e detentores envolvidos no processo estabeleçam uma ordem de atuação, conforme suas prioridades. Por certo, tais prioridades devem ser determinadas a partir das necessidades ditadas pelo campo da salvaguarda e conforme critérios estabelecidos junto à comunidade produtora do bem cultural em questão.

As etapas de desenvolvimento da ação envolvem:

- Contato inicial com o público-alvo via equipe de Relações com a Comunidade – RC Vale;
- Contato prévio com o público-alvo informando sobre o início das atividades, metodologia adotada e consulta de datas prováveis para a realização das ações;
- Envio de texto informativo contendo a finalidade, a metodologia prevista para as atividades e as datas definidas para a realização das ações;
- Realização da atividade proposta;
- Elaboração técnica das informações coletadas e produção do relatório descritivo.

Como forma de registro, as reuniões deverão contar com lista de presença e registro fotográfico da atividade.

#### 2.1.1.4. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

A comunicação será realizada seguindo o protocolo:

- Comunicação inicial a partir da equipe de Relações Institucionais - RI Vale e Relações Comunitárias – RC Vale, através de contato telefônico e/ou presencial;
- Envio de carta da Vale que apresenta a empresa que fará a mobilização, o projeto e suas finalidades, quando se tratar de instituições públicas;

<sup>8</sup> As siglas FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) ou DAFO (Debilidades, Ameaças, Fortalezas, Oportunidades), também podem ser utilizadas para nomear este método de análise. DAVIES, Stuart. Plano Diretor. Série Museologia: Roteiros práticos, 1. São Paulo: Edusp/Fundação Vitae, 2001; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

- Início das tratativas da empresa responsável pela mobilização junto à instituição e comunidade envolvida, através de contato telefônico e e-mails, assim como através do envio de convites diretamente às associações, proprietários e grupos, ou via outras modalidades de mobilização remota como por exemplo, as redes sociais;
- Agendamento de reuniões e oficinas.

#### **2.1.1.5. RESULTADOS DA AÇÃO**

Produção de relatório descritivo contendo os resultados alcançados a partir da ação realizada. Conterá: o registro, monitoramento e mensuração do impacto da ação; avaliação crítica do processo; documentação fotográfica; relatório das ações de comunicação e demais documentos comprobatórios.

#### **2.1.1.6. EQUIPE**

A equipe para o desenvolvimento do trabalho será multidisciplinar e contará com profissionais atuantes na área do patrimônio cultural, preferencialmente das áreas de arquitetura, arqueologia, antropologia, conservação-restauração e história.

### **2.2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO**

#### **2.2.1. MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA – REUNIÕES DE ARTICULAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM FOCO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA**

Em virtude da atual pandemia de Covid-19, o processo de mobilização de agentes sociais com vistas à coleta de informações relacionadas a bens materiais e imateriais em áreas de interface com a mancha de inundação da barragem teve de se adaptar aos atuais protocolos de segurança vigentes. Durante o contexto pandêmico, optou-se pela realização, para fins da etapa de identificação e mapeamento de bens culturais, de uma mobilização exclusivamente institucional. Dessa forma, não foi possível realizar a abordagem com a comunidade para as atividades de educação patrimonial e levantamento de dados sobre os bens. Portanto, esta ação deverá ser remotada junto às ações futuras de atualização do mapeamento, ou quando da realização da mediação prevista no acionamento do alerta de emergência.

Como ação conjunta à mobilização institucional destinada aos órgãos municipais associados às áreas da cultura e do patrimônio cultural, a Vale S.A. participou de reunião remota com a equipe do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG e enviou carta informativa endereçada à presidência da instituição, apresentando os municípios constantes do plano de trabalho para identificação e mapeamento de bens culturais e solicitando a seguinte documentação: (1) perímetros de tombamento e entorno dos bens acautelados pelo IEPHA em cada um dos municípios listados; (2) dados dos detentores e comunidades relacionados aos bens culturais estaduais em cada um dos municípios listados e (3) dossiês e fichas de cadastro relacionados aos bens culturais estaduais localizados em cada um dos municípios listados. Evidencia-se porém, que a Vale não obteve retorno do material solicitado.

O processo de mobilização no município alvo do estudo foi realizado por meio do envio, via correio eletrônico, de texto informativo sobre o projeto e ação a ser desenvolvida. A etapa de pré-campo consistiu

em contatos telefônicos realizados pela coordenação do projeto reiterando a finalidade da pesquisa, o período do trabalho de verificação *in situ* no território municipal e a importância da disponibilização aos pesquisadores de informações e documentação relativa aos bens culturais acautelados. Por ocasião destes contatos, foi também agendada a data do encontro presencial com os pesquisadores, informações confirmadas posteriormente por correspondência eletrônica.

Após tal contato, foi realizado, por ocasião do trabalho de campo, um encontro entre os pesquisadores e os gestores locais. Nesta reunião foram recolhidos, em meios físicos e digitais, documentos considerados relevantes para a caracterização dos bens culturais e de seu contexto de inserção no município tais como: Dossiês de Registro e Tombamento, Fichas de Inventário, Planos de Inventários e outros documentos considerados essenciais ao trabalho de identificação. Tais reuniões se mostraram produtivas para a elucidação de dúvidas dos gestores relacionadas à execução do projeto.

O encontro se mostrou, ainda, fundamental para a orientação da equipe em campo, tendo em vista que o material obtido durante o levantamento de dados secundários se mostrava lacunar no que diz respeito à identificação de endereços, áreas de ocorrência dos bens culturais, informações sobre perímetros de proteção e locais de residência de mestres e/ou detentores a estes associados. Como o material não se encontrava inteiramente à disposição, contatos ulteriores foram realizados para repasse de documentação ou complementação das informações coletadas. O município acionado se disponibilizou a ceder o material solicitado, porém, tal solicitação foi parcialmente atendida no que se refere a uma parte específica da documentação (cadastro de violeiros e algumas fichas de inventário), que, até o presente momento, não foi disponibilizada porque o município não dispõe desses documentos em seus arquivos.

Com relação aos resultados alcançados por esta estratégia de mobilização, cumpre enfatizar que, embora a impossibilidade de contato direto com detentores e/ou proprietários tenha demandado maior preparação pré-campo, tal fator não se mostrou impeditivo para a conclusão da etapa de identificação, embora estejam previstas, para alguns bens, atualizações e/ou complementações das informações aferidas por ocasião das etapas ulteriores. Dada a natureza dinâmica dos objetos alvo da pesquisa, sujeitos a variações temporais significativas - ainda mais acentuadas no que diz respeito ao patrimônio intangível - estão previstas outras mobilizações durante as demais ações preventivas e de salvaguarda elencadas neste documento. Do mesmo modo, as mediações com a comunidade, através das oficinas deverão ser feitas em tempo oportuno já que são consideradas como um importante processo, que permeia e antecede toda e qualquer atividade proposta no PAE.

Feitas tais ressalvas, pode-se considerar que, para fins da conclusão do processo de identificação, mapeamento e caracterização dos bens culturais protegidos, com vistas a subsidiar o PAE, a etapa de mobilização realizada, mesmo em um contexto de pandemia, cumpriu satisfatoriamente seu objetivo.

O registro das solicitações aos órgãos encontra-se devidamente documentado no **Caderno V - Apêndice 02** do presente PAE.

### 3. LISTA DE CONTATOS

#### 3.1. CONTATOS A SEREM INFORMADOS E ACIONADOS EM CASO DE EMERGÊNCIA

A lista de contatos fornecida para as ações emergenciais busca relacionar os contatos internos do empreendedor, os contatos dos órgãos de preservação nas suas diversas instâncias e os contatos dos proprietários e responsáveis vinculados ao patrimônio cultural.

A listagem apresenta nome completo e telefone para serem consultados no momento do acionamento de emergência. Quando do acionamento de cada nível, as informações deverão ser atualizadas para o cumprimento dos protocolos emergenciais.

##### 3.1.1. CONTATOS INTERNOS DO EMPREENDEDOR

| FUNÇÃO   | NOME                     | TELEFONE |
|--|--------------------------|----------|
| RESPONSÁVEL PELO PAE – PATRIMÔNIO CULTURAL                                       | MICHELE DA SILVA PEDROSA |          |
| SUBSTITUTO DO RESPONSÁVEL PELO PAE – PATRIMÔNIO CULTURAL                         | ISABELA OLIVEIRA FAZZI   |          |
| COORDENADOR DE EQUIPE DE CAMPO PARA RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL               | MICHELE DA SILVA PEDROSA |          |
| SUBSTITUTO DO COORDENADOR DE EQUIPE DE CAMPO PARA RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL | ISABELA OLIVEIRA FAZZI   |          |

##### 3.1.2. CONTATOS EXTERNOS AO EMPREENDEDOR (ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO)

| ÓRGÃO  | NOME                                    | TELEFONE |
|--|---|----------|
| INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA-MG                  | FELIPE CARDOSO VALE PIRES               |          |
| INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN (SUPERINTENDÊNCIA - BELO HORIZONTE) | DÉBORA MARIA RAMOS DO NASCIMENTO FRANÇA |          |
| INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN (ESCRITÓRIO TÉCNICO)                | N/A                                     |          |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE CATAS ALTAS - MG                                      | SILVIA DA CUNHA BRAGA                   |          |

##### 3.1.3. CONTATOS EXTERNOS AO EMPREENDEDOR (PROPRIETÁRIOS E RESPONSÁVEIS VINCULADOS AO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL)

Os contatos dos proprietários e responsáveis vinculados ao patrimônio cultural material e imaterial constam na listagem do **Apêndice 03**, no **Caderno V** deste PAE. A listagem também apresenta nome completo e telefone para serem consultados no momento do acionamento de emergência. Quando do acionamento de cada nível, as informações deverão ser atualizadas para o cumprimento dos protocolos emergenciais. Cabe destacar que as fichas de cadastro contidas no **Apêndice 05** também contemplam os nomes dos responsáveis e contatos de cada bem cultural em interface com a manha hipotética de inundação.

## 4. PROTOCOLOS DE AÇÕES EMERGENCIAIS

O Plano de Ação de Emergência contempla os protocolos a serem observados e cumpridos pelos agentes envolvidos no trabalho de proteção do patrimônio cultural localizado em áreas de risco, condicionadas à emergência de barragens de mineração. Destinam-se, pois, a atender a necessidade do planejamento e do fornecimento adequado de respostas à instauração de situações de emergência, não contemplando orientações relativas a procedimentos que extrapolem tal contexto.

As ações que ora se apresentam, cumpre observar, não conformam-se como atos isolados; inserem-se, ao contrário, em uma cadeia de protocolos a serem adotados pelos diversos agentes, sendo imprescindível atentar, portanto, que para cada uma dessas mesmas ações, há àquelas que se configuram como ações antecessoras, visando-se o correto atendimento do que é previsto pelo PAE. Neste sentido, é igualmente válido destacar que a mobilização deve figurar como ação antecessora comum a todas as ações, uma vez que abarca atividades essenciais a serem desenvolvidas junto às instituições e às comunidades locais (especialmente proprietários e detentores de bens culturais) bem como atividades orientadas ao cumprimento de ações específicas dessa seção.

É importante esclarecer que as ações do PAE se destinam especificamente a bens protegidos que possuem interface com a mancha hipotética de inundação, estejam esses na Zona de Autossalvamento (ZAS) ou na Zona de Segurança Secundária (ZSS). Destaque-se que a atenção é concedida tanto aos bens acautelados no nível estadual, quanto nos níveis federal e municipal, salvaguardando a totalidade dos bens de acordo com os critérios e prioridades estabelecidas nos protocolos de cada ação.

Em se tratando do planejamento e da definição das ações, foram considerados, além dos marcos teórico-conceituais apresentados no **Caderno V - Apêndice 01**, critérios específicos que auxiliaram na formulação das metodologias apropriadas: 1) correspondente à observação das particularidades do contexto de ação no âmbito de cada nível de emergência (níveis de alerta 1, 2 e 3) visando-se à **identificação e ao dimensionamento** adequados das medidas a serem adotadas, além da priorização correta dos bens aos quais destiná-las; 2) as **condições de acesso** às localidades e aos bens, determinantes para se pensar, por exemplo, a realização de tarefas de resgate; 3) critério relativo às **condições de segurança** oferecidas aos profissionais envolvidos nas ações e ao próprio acervo; 4) referente à **exequibilidade das ações**, considerando-se que em tal condição reside o potencial de eficácia da aplicação do PAE e 5) relativo à adoção de uma **categorização das ações** segundo as próprias categorias de bens, buscando-se com isso contemplar as especificidades de cada um e garantir-lhes, por conseguinte, o recebimento das ações e cuidados apropriados.

Retomando particularmente a questão da categorização das ações, notar-se-á nos protocolos que se seguem que ela se destina não só à identificação e descrição dos procedimentos apropriados a cada natureza e categoria de bem, mas também à definição e metodologia dos produtos a serem gerados.

Por fim, cabe ressaltar que a cada ação destinada, deverão ser observados os protocolos de acionamento por nível de emergência de acordo com o fluxo comunicacional correspondente à situação detectada. Ainda que as ações são realizadas mediante um planejamento prévio, os protocolos podem sofrer alterações quando da sua execução caso o contexto da barragem mude, fazendo-se necessário um

monitoramento ativo e clara comunicação de tais condições. Há ações que são executadas sem comunicação vinculada ao acionamento de nível de emergência, pois atendem à vários requisitos e devem, inclusive, serem realizadas de maneira antecessora a outros protocolos. Exemplos: atualização de mapeamento, fichas de cadastro, mobilizações e diagnósticos (quando aplicáveis).

## 4.1. PROCOLO DE COMUNICAÇÃO

### 4.1.1. FASES DA EMERGÊNCIA: PARÂMETROS PARA O AÇIONAMENTO

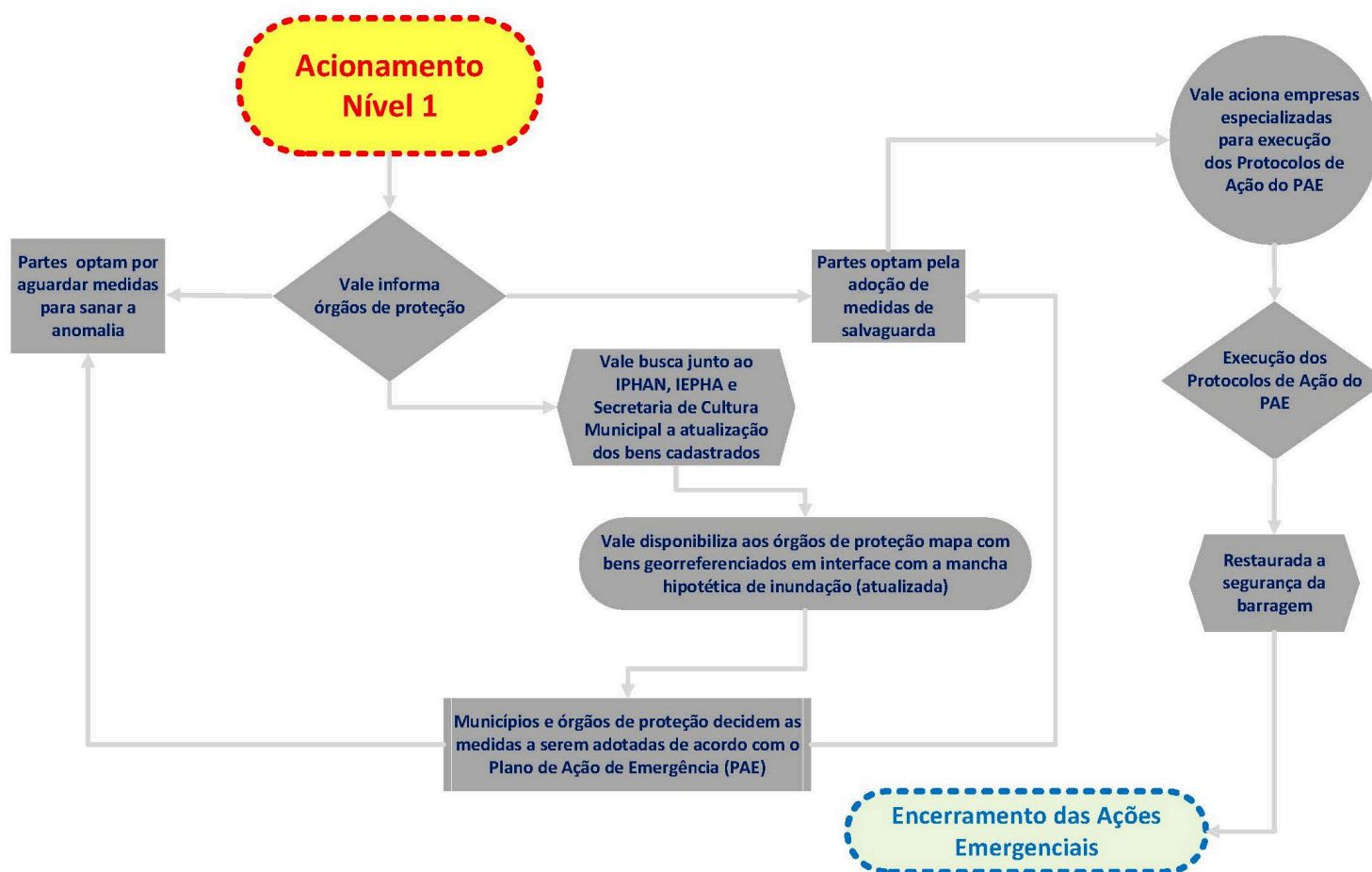
Estabelecidos pela Portaria DNPM nº 70.389, de 17 de maio de 2017, os níveis de segurança correspondem às convenções utilizadas para graduar as situações de emergência em potencial e que possam comprometer a segurança da barragem e/ou outras estruturas, sendo classificados como:

**TABELA 3: CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE EMERGÊNCIA. FONTE: DNPM DATA: 2017.**



#### 4.1.2. FLUXOGRAMA PARA COMUNICAÇÃO DO ACIONAMENTO DO NÍVEL 1 DE EMERGÊNCIA

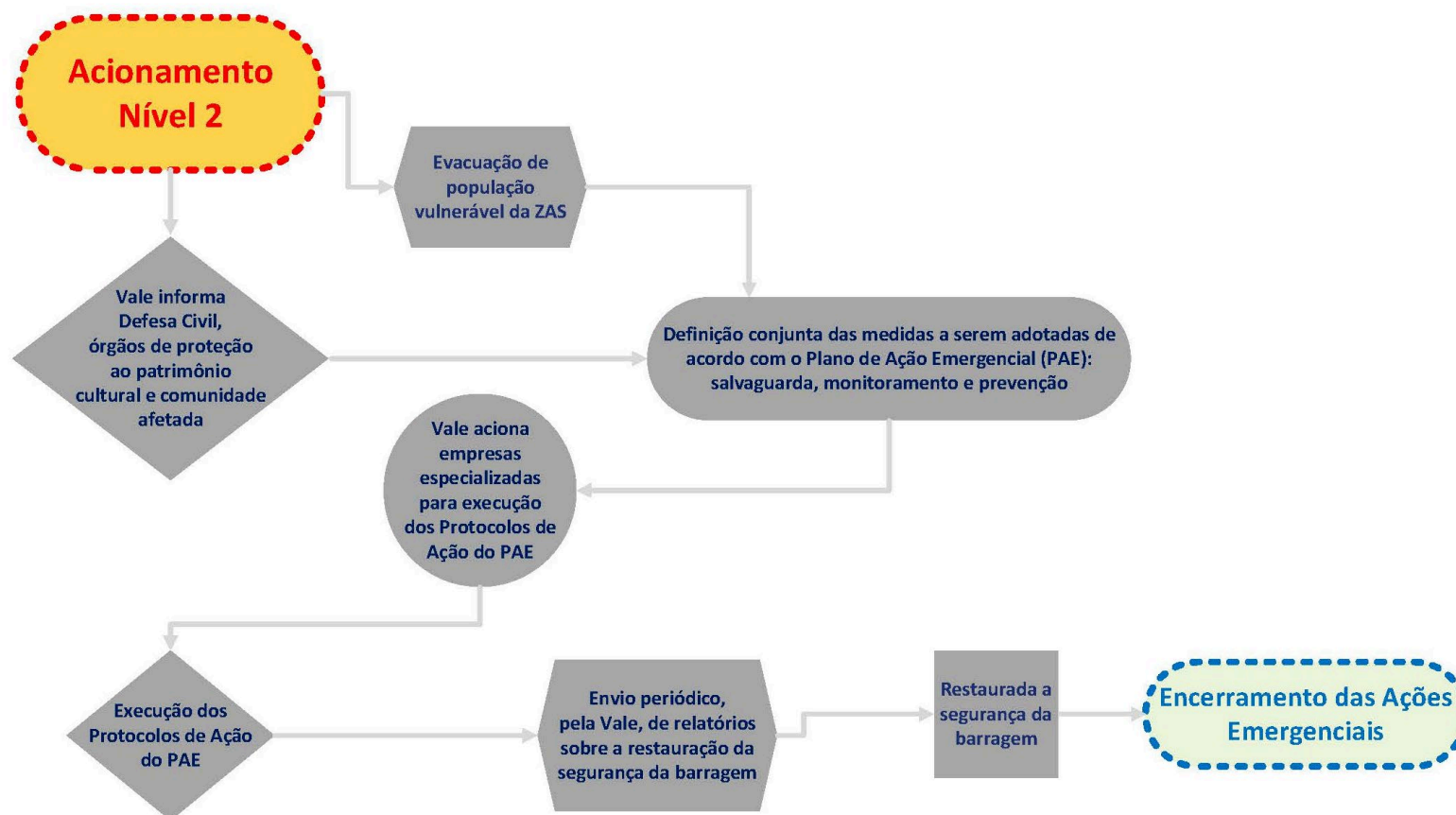
## Diagrama de Comunicação Nível 1 de Emergência





### 4.1.3. FLUXOGRAMA PARA COMUNICAÇÃO DO ACIONAMENTO DO NÍVEL 2 DE EMERGÊNCIA

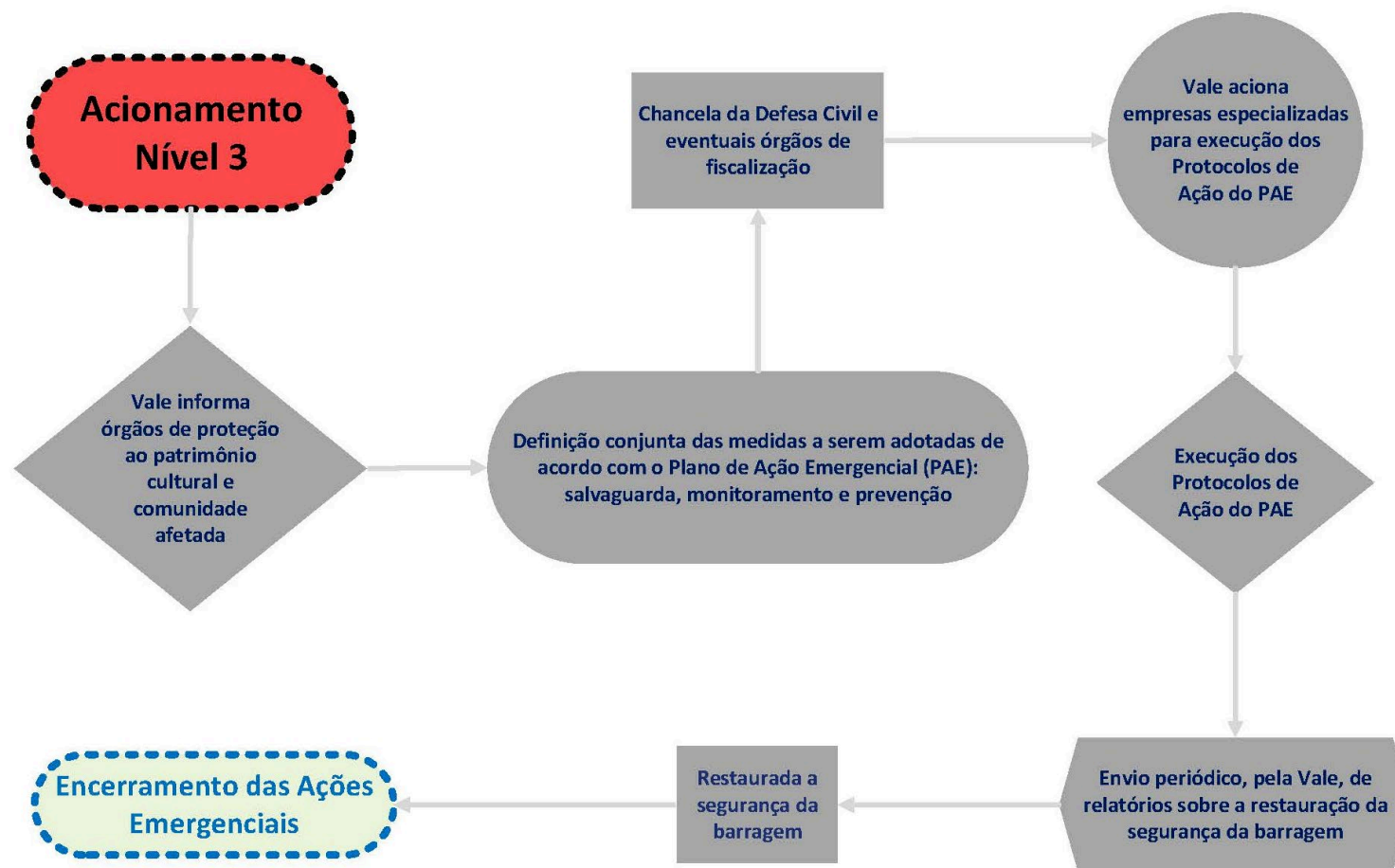
## Diagrama de Comunicação Nível 2 de Emergência





#### 4.1.4. FLUXOGRAMA PARA COMUNICAÇÃO DO ACIONAMENTO DO NÍVEL 3 DE EMERGÊNCIA

## Diagrama de Comunicação Nível 3 de Emergência



## 4.2. MATRIZ DE AÇÕES

As ações possíveis — de acordo com a categoria do bem, instrumento de proteção e situação em relação à mancha hipotética de inundação — foram elaboradas pela equipe técnica, tarefa esta sobre a qual não cabe nenhum tipo de automatização. Todavia, para permitir a interpolação desse conjunto de ações em relação a cada bem cultural (com seus atributos únicos, locacionais, patrimoniais e legais), foi necessário desenvolver uma matriz que permitisse sistematizar esse processo.

A Matriz de Ações, portanto, faz uso do banco de dados gerado na etapa de identificação e mapeamento ao ser alimentada a partir do resultado de análises e consistência de dados obtidos tanto do Survey 123, quanto no ArcGIS. Ela analisa individualmente os atributos de cada bem cultural nele relacionado e lhe atribui ações específicas, assim como, permite analisar ações em cenários distintos de emergência, configurando-se também como uma importante ferramenta de planejamento.

Para subsidiar a matriz, utilizou-se de **códigos** que foram atribuídos às ações, conforme categoria do bem, elencados na sinopse a seguir:

### BENS IMATERIAIS

#### [IMA-a] ATUALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO

- Conferência periódica do mapeamento realizado para identificação de novos bens protegidos e atualização de dados cadastrados anteriormente (quando aplicável).

#### [IMA-b] FICHA DE CADASTRO

- Elaboração ou atualização, para bens protegidos em interface com a mancha de inundação, de documento técnico com cadastro geral de informações e documentação fotográfica.

#### [IMA-d] MEDIAÇÃO E OFICINAS PARA SALVAGUARDA

- Execução de ações de mediação junto aos detentores das práticas culturais protegidas das comunidades deslocadas, com fornecimento de meios para manutenção do tecido social, espaço de sociabilidade e realização de oficinas de salvaguarda.

#### [IMA-e] CALENDÁRIO DAS PRÁTICAS CULTURAIS

- Fornecimento de meios para execução do calendário das práticas culturais protegidas vinculadas às comunidades deslocadas.

A matriz, contendo o bem em interface com a mancha hipotética de inundação e suas respectivas ações, encontra-se no **Caderno V - Apêndice 06**. Junto à ela, apresenta-se também um extrato dos painéis com análises gráficas.

#### **4.2.1. ESPECIFICAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA AS AÇÕES NOS BENS DE NATUREZA MATERIAL, ARQUEOLÓGICA E IMATERIAL**

##### **4.2.1.1. ATUALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO**

| <b>QUADRO RESUMO</b>    |   |
|-------------------------|---|
| DESIGNAÇÃO:             | ATUALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO   |
| RESPONSÁVEL PELA AÇÃO:  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Nível de emergência 2 ou 3 – Gerência de Território Vale</li> <li>Nível 1 e sem nível de emergência – Gerência de Operação Vale</li> </ul>   |
| CÓDIGO MATRIZ DE AÇÕES: | [EAU-a] [INT-a] [BMA-a] [AQO-a] [IMA-a] [NAT-a]   |
| DATA DE ATUALIZAÇÃO:    | Agosto/2021   |
| SINOPSE:                | Conferência periódica do mapeamento realizado para identificação de novos bens protegidos e atualização de dados cadastrados anteriormente (quando aplicável).  |
| MOBILIZAÇÃO:            | <ul style="list-style-type: none"> <li>Institucional</li> <li>Proprietário do bem cultural</li> <li>Detentores</li> <li>Mestre</li> <li>Grupo vinculado ao bem cultural</li> <li>Equipe técnica</li> <li>Equipamentos e veículos</li> </ul> |
| AÇÕES ANTECESSORAS:     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização</li> </ul>   |
| AÇÃO APLICÁVEL À:       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Bens protegidos em interface com a mancha hipotética de inundação.</li> </ul>  |

Esta ação correspondente à atualização do mapeamento, contendo informações referentes à localização de bens protegidos e a representação da mancha hipotética de inundação.

#### **METODOLOGIA E PRODUTOS**

A atualização do mapeamento de bens protegidos constitui parte do trabalho de identificação e caracterização do patrimônio cultural e consiste na representação cartográfica georreferenciada da localização dos bens materiais, bens arqueológicos e bens imateriais, assim como a materialidade associada ao imaterial, trajetos e o agenciamento das áreas de ocorrência no território. Esta representação visa permitir a identificação da situação no momento da emergência e a localização atualizada dos referidos bens, assim como a apreensão das relações espaciais estabelecidas entre os mesmos e o contexto em relação à mancha hipotética de inundação.

No contexto da emergência constituída pela ameaça do rompimento de barragens, o mapeamento apresenta demandas particulares e deve contemplar a delimitação da mancha hipotética de inundação da barragem (definida a partir de estudos técnicos prévios de *dam break*), a delimitação daquelas que se configuram como zona de autossalvamento (ZAS) e zona de segurança secundária (ZSS) no contexto da referida mancha, além da localização do conjunto de bens protegidos nos níveis federal, estadual e municipal junto da representação de seus respectivos perímetros de proteção (perímetros de tombamento e perímetros de entorno, quando disponibilizados). Adicionalmente, serão representados também trajetos, a materialidade associada e as poligonais que delimitam o agenciamento territorial por parte dos bens intangíveis.

Cumprе ressaltar que o mapeamento e/ou atualização deverá seguir rigorosamente os **critérios** pré-estabelecidos no item “Identificação e Mapeamento de Bens Culturais” apresentado no **Caderno V –**

**Apêndice 01**, considerando as prioridades elencadas e análises necessárias aos bens localizados no entorno da mancha, para que seja estabelecida a relação com esta (impacto indireto).

Considerando que o mapeamento já foi realizado e apresentando neste PAE, a ação ora proposta visa, a partir da cartografia apresentada neste documento, realizar a inclusão de novos bens, reforçada pelo incremento anual de bens protegidos por parte dos órgãos de proteção, especialmente na esfera municipal. Visa também atualizar a situação de algum bem já cadastrado, como por exemplo, nos casos em que ocorreu alteração no instrumento de proteção, acréscimo/decrécimo da materialidade associada, alteração de local de elementos e bens móveis, ou mesmo a complementação de dados não aferidos por ocasião da falta de acesso à detentores e/ou falta de localização do bem em campo.

Como exposto anteriormente, estas informações devem ser georreferenciadas, isto é, expressas em coordenadas definidas a partir de um dado sistema de referência. A referência a ser utilizada na ação ora proposta deve ser aquela do Datum oficial do Sistema Geodésico Brasileiro e do Sistema Cartográfico Nacional, a qual, segundo informa a Resolução IBGE nº 01 de 2005, corresponde atualmente ao Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) em sua realização no ano 2000 (SIRGAS2000).

Vinculados ao conjunto de diretrizes metodológicas que destinam-se a orientar a correta execução do mapeamento dos bens culturais protegidos, encontram-se listados abaixo os seguintes procedimentos a serem adotados:

- Mobilização de equipamentos e veículos: base do mapeamento digital do território, dispositivos eletrônicos com sistema GPS (celulares e/ou tablets), veículos para a realização das visitas em campo;
- Levantamento de dados secundários em: (I) consulta ao site e arquivos da prefeitura, em especial, na documentação produzida para participação na política do ICMS Cultural; e (II) consulta ao site e arquivos do IPHAN e IEPHA.
- Realização de levantamento de campo;
- Sistematização e consolidação dos dados obtidos;
- Elaboração de **cartografia temática** e relatório final.

Os procedimentos concernentes às atividades a serem realizadas em campo devem contemplar: (a) planejamento de roteiros de visita: definição prévia da programação dos bens a serem visitados no município pela equipe técnica; (b) contato com as prefeituras: comunicação aos responsáveis pelos conselhos, departamentos ou secretarias de patrimônio locais a respeito da realização das visitas aos bens, (I) da necessidade da disponibilização de arquivos para a verificação da existência de bens não contemplados em mapeamentos anteriores e de eventuais novos bens protegidos, (II) da necessidade de contato com representantes de grupos vinculados a práticas culturais imateriais locais e (III) da necessidade de acompanhamento em visitas específicas (por exemplo, a bens situados em zonas de acesso restrito); (c) visita *in loco*: realização da conferência de novos dados relativos aos bens mapeados anteriormente e de aferição de dados de eventuais novos bens protegidos; (d) tomada das coordenadas dos pontos de localização e dos perímetros de proteção dos bens materiais e (e) locação da materialidade associada, dos trajetos e das poligonais das áreas de ocorrência de práticas imateriais.

No que se refere à sistematização e consolidação dos dados obtidos, o processo será da seguinte forma: (1) atualização e/ou cadastro de bens culturais no ArcGIS Survey123, em formulário específico, desenvolvido para este fim; (2) validação e consolidação do banco de dados e do georreferenciamento; (3) produção das cartografias temáticas no ArcGIS.

Cumprе destacar que a apresentação dos mapas deve ser feita em escala compatível com a dimensão da mancha e com o grau de detalhamento necessário à localização dos bens, além de ser feita em formato pdf e digital. Quanto a este último, ressalta-se que deve ser composto de base de dados geoespacial vetorial discriminada nas camadas relativas à mancha de inundação, à ZAS e na(s) base(s) vetorial(is) estabelecidas para cada nível de proteção: federal, municipal e estadual. Estes arquivos digitais deverão ser entregues exclusivamente no formato shapefile e deverão estar organizados de modo a compor um banco de dados integrado. Os dados, por sua vez, deverão estar acompanhados de arquivo de metadados escrito em conformidade com o perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil.

### BENS PRIORITÁRIOS

A prioridade na atualização do mapeamento deverá ser conferida aos bens tombados, registrados, sítios arqueológicos cadastrados e bens inventariados: (1) localizados dentro e no entorno imediato da mancha de inundação da ZAS e (2) localizados dentro e no entorno imediato da mancha de inundação da ZSS.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 1

O mapeamento poderá ser realizado conforme descrito acima.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 2

O mapeamento poderá ser realizado conforme descrito acima, desde que seja viável fazê-la dentro dos requisitos de segurança. No caso de ZAS, nível 2, a aferição de coordenadas não será realizada, sendo satisfatória a localização através do processo de obtenção de geocódigos e análise visual de imagens aéreas.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 3

No caso de acionamento do nível 3, a aferição de coordenadas não será realizada. Quando se tem o endereço do bem, a localização através do processo de obtenção de geocódigos e análise visual de imagens aéreas será a única opção viável, pois a área estará sob risco iminente de rompimento da barragem.

### EQUIPE TÉCNICA RECOMENDADA

- Coordenador técnico – sênior
- Antropólogo – pleno
- Arqueólogo - pleno
- Arquiteto e Urbanista – pleno
- Conservador-restaurador – pleno
- Historiador – pleno
- Geógrafo – pleno

#### 4.2.1.2. ELABORAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE FICHA DE CADASTRO

| QUADRO RESUMO           |  |
|-------------------------|--|
| DESIGNAÇÃO:             | ELABORAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE FICHA DE CADASTRO   |
| RESPONSÁVEL PELA AÇÃO:  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Nível de emergência 2 ou 3 – Gerência de Território Vale</li> <li>Nível 1 e sem nível de emergência – Gerência de Operação Vale</li> </ul>      |
| CÓDIGO MATRIZ DE AÇÕES: | [EAU-d] [BMA-b] [INT-b] [NAT-b] [AQO-b] [IMA-b]  |
| DATA DE ATUALIZAÇÃO:    | Agosto/2021  |
| SINOPSE:                | Elaboração, para bens protegidos em interface com a mancha de inundação, de documento técnico com o cadastro geral de informações e documentação fotográfica.                          |
| MOBILIZAÇÃO:            | <ul style="list-style-type: none"> <li>Institucional</li> <li>Proprietário /detentor/responsável pelo bem cultural</li> <li>Equipe técnica</li> <li>Equipamentos e veículos</li> </ul> |
| AÇÕES ANTECESSORAS:     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização</li> <li>Aceite dos envolvidos</li> <li>Liberação de acesso ao bem com acompanhamento do responsável.</li> </ul>                    |
| AÇÃO APLICÁVEL A:       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Bens protegidos em interface com a mancha de inundação.</li> </ul>  |

Esta ação visa subsidiar a necessidade de se apresentar informações atualizadas a respeito dos bens protegidos que possuem interface com a mancha hipotética de inundação, para servir à identificação e caracterização do patrimônio cultural material e imaterial, assim como subsidiar à elaboração de protocolos de ação para cada nível de emergência associado à condição da barragem. Considera-se que a ficha de cadastro, no contexto de emergência de barragens, se configura como prevenção e salvaguarda e deverá ser elaborada preferencialmente junto ao primeiro mapeamento realizado, mas também complementada/atualizada à medida da necessidade.

#### METODOLOGIA E PRODUTOS

Consiste em registrar um conjunto de informações sobre um determinado bem cultural de forma sistematizada. O documento será preenchido com base no levantamento de dados secundários, observações de campo, vistorias *in loco* e entrevistas (quando aplicável).

A ficha apresentação dados sumários relativos ao bem, tais como: designação, localização geográfica, categoria, propriedade, responsável, contatos, nível e instrumento de proteção, documentação fotográfica, situação em relação à mancha de inundação, materialidade associada ao bem imaterial, entre outros.

Associados ao conjunto de diretrizes metodológicas que destinam-se a orientar a correta catalogação de bens protegidos, incluem-se ainda os seguintes procedimentos listados abaixo:

- Mobilização de equipamentos: câmeras fotográficas, tablets e veículos para realização das visitas de campo;
- Levantamento de dados secundários em: (I) consulta ao site e arquivos da prefeitura, em especial, na documentação produzida para participação na política do ICMS Cultural; (II) consulta ao site e arquivos dos órgãos de proteção;
- Realização de levantamento de campo destinado à coleta de dados sobre os bens;

- Sistematização e consolidação dos dados obtidos;
- Elaboração ou atualização de **fichas de cadastro** no aplicativo survey 123.

Os procedimentos concernentes às atividades a serem realizadas em campo devem contemplar: (a) planejamento de roteiros de visita: definição prévia da programação dos bens a serem visitados no município pela equipe técnica; (b) contato com as prefeituras: comunicação aos responsáveis pelos conselhos, departamentos ou secretarias de patrimônio locais a respeito da realização das visitas aos bens e, se necessário, (I) da necessidade da disponibilização de arquivos, além (II) da necessidade de acompanhamento em visitas específicas (por exemplo, a bens situados em zonas de acesso restrito); (c) contato com proprietários/detentores para agendamento de visita e (d) visita *in loco* (quando aplicável): realização da coleta de dados primários sobre os bens.

### BENS PRIORITÁRIOS

A ação fundamental à execução do adequado cadastro dos bens, cumpre ressaltar, consiste essencialmente na realização das visitas em campo. A prioridade deverá ser conferida aos bens tombados e sítios arqueológicos cadastrados: (1) localizados dentro da mancha de inundação da ZAS e ZSS e (2) localizados no entorno da mancha de inundação da ZAS e ZSS (nesta ordem). Em seguida deverá ser efetuado o cadastramento dos bens inventariados localizados dentro das manchas hipotéticas de inundação, partindo-se primeiramente da ZAS, depois ZSS.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 1

A ação poderá ser realizada conforme descrito acima, desde que seja viável fazê-la dentro dos requisitos de segurança.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 2

As fichas poderão ser elaboradas ou atualizadas conforme descrito acima para situações de bens em ZSS. No caso de ZAS – nível 2, as fichas poderão ter os dados simplificados, coletados a partir de dados secundários.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 3

No caso de nível 3, as fichas para bens da ZAS e ZSS poderão ter os dados simplificados, coletados a partir de dados secundários.

### EQUIPE TÉCNICA RECOMENDADA

- Coordenador técnico – sênior
- Arquiteto e Urbanista – pleno
- Antropólogo – pleno
- Conservador-restaurador – pleno
- Historiador – pleno
- Geógrafo – Pleno



## 4.2.2. ESPECIFICAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA AS AÇÕES NOS BENS DE NATUREZA IMATERIAL

### 4.2.2.1. MEDIAÇÃO E OFICINAS PARA SALVAGUARDA DO BEM IMATERIAL

| QUADRO RESUMO           |  |
|-------------------------|--|
| DESIGNAÇÃO:             | MEDIAÇÃO E OFICINAS PARA SALVAGUARDA   |
| RESPONSÁVEL PELA AÇÃO:  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Nível de emergência 2 ou 3 – Gerência de Território Vale</li> <li>Nível 1– Gerência de Operação Vale</li> </ul>   |
| CÓDIGO MATRIZ DE AÇÕES: | [IMA-d]  |
| DATA DE ATUALIZAÇÃO:    | Agosto/2021  |
| SINOPSE:                | Execução de ações de mediação junto aos detentores das práticas culturais protegidas, com fornecimento de meios para manutenção do tecido social, espaço de sociabilidade e realização de oficinas para a salvaguarda.                     |
| MOBILIZAÇÃO:            | <ul style="list-style-type: none"> <li>Institucional</li> <li>Detentores</li> <li>Mestres</li> <li>Equipe técnica</li> <li>Equipes de RC e RI da Vale</li> <li>Equipamentos e veículos</li> <li>Local de realização e logística</li> </ul> |
| AÇÕES ANTECESSORAS      | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização</li> </ul>  |
| AÇÃO APLICÁVEL À:       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Bens culturais protegidos registrados e bens protegidos pertencentes às comunidades deslocadas.</li> </ul>  |

Destaca-se que a mediação é uma atividade que precede todas as ações envolvendo detentores de bens culturais em risco. Além disso, ela deverá acontecer de forma contínua, enquanto durar a situação de emergência.

Esta ação objetiva atender a necessidade de proposição e execução de ações de mediação junto a representantes de bens culturais que possuem interface com a mancha de inundação. Tem como objetivo mais amplo, nos casos de comunidades deslocadas, trabalhar a proposição de ações cujo intuito seja **fornecer espaço para a sociabilidade e fornecer meios para fomentar o tecido social necessário** à reprodução das práticas e dos bens culturais.

De modo geral, as atividades de mediação permeiam todas as ações vinculadas à situação de emergência. Sugerimos que na **primeira mediação** a ser realizada seja abordada, por meio de linguagem compatível com o público-alvo da ação, os principais conceitos e procedimentos associados a situações de emergência envolvendo empreendimentos de mineração. Por ocasião desta fala preliminar serão tratados, de forma didática e objetiva, parâmetros técnicos e jurídicos associados a tal contexto, tais como: situação de emergência, estudos de *dam break*, fases da emergência, níveis de emergência, zona de autossalvamento, zona de segurança secundária, etc. Serão abordados ainda: (1) conceitos associados ao campo do patrimônio cultural, tais como, *memória, identidade coletiva, diversidade cultural*; (2) conceitos associados à implementação do PAE no que se refere aos **protocolos de ação**, como por exemplo: salvaguarda, resgate, registro documental e audiovisual, vigilância patrimonial, etc; e (3) formação/validação conjunta de um **cronograma de ações** detalhado, tendo como premissa as prioridades elencadas no PAE para todos os bens imateriais.



Pretende-se assim familiarizar o público-alvo da ação com o contexto jurídico-institucional no qual serão realizadas as ações, com vistas a garantia de uma participação qualificada dos envolvidos durante as próximas atividades a serem realizadas. Neste primeiro momento poderão ser utilizados recursos audiovisuais, pequenos textos de apoio, cartilhas ou, ainda, objetos representativos das práticas e dos bens culturais em questão, buscando explorar os sentidos e as memórias coletivas no processo de mediação.

### OBJETIVOS GERAIS

As ações descritas abaixo possuem os seguintes objetivos gerais.

1. Oportunizar, através da aplicação de metodologias participativas, espaços de diálogo e troca entre membros da comunidade no que diz respeito aos desafios enfrentados.
2. Propor ações de mediação diversas relacionadas à salvaguarda do bem imaterial;
3. Atenuar possíveis impactos sobre a dinâmica sociocultural das comunidades atingidas por ocasião da evacuação dos territórios de origem.
4. Identificar com profundidade, através da escuta atenta dos participantes, a situação na qual o bem cultural se encontra, ou seja: identificar eventuais problemas enfrentados para a continuidade da prática; definir aspectos da produção que precisam ser mais valorizados; refletir sobre os meios possíveis para resolver tais questões; planejar estratégias de execução; definir como será a atuação dos diversos atores; levantar as demandas para que a Vale faça o apoio e fomento na recriação da manifestação; e identificar modos de como o bem será adaptado e sua apropriação do novo território, enquanto durar o período de emergência.
5. Identificar possíveis espaços para fomentar a sociabilidade dos detentores ligados ao patrimônio cultural. Este local deverá ser escolhido de forma participativa, a partir da apresentação pela Vale de mais de uma opção de espaço, para que seja adequado e disponibilizado para acolhimento do(s) grupo(s).

Segundo Folke (2006), a resiliência pode ser definida como a capacidade de um sistema em absorver choques, sem perder sua identidade, estrutura e processos fundamentais para o seu funcionamento. Tendo como objetivo o fortalecimento de tal capacidade, as ações descritas abaixo pretendem propiciar momentos de reflexão coletiva relacionada às principais dificuldades a serem enfrentadas durante a situação de emergência e principalmente pós evacuação, visando potencializar estratégias que permitam a continuidade das práticas culturais em consonância com suas características identitárias tradicionais.

As regras das práticas do Diagnóstico Participativo privilegiam, acima de tudo, a escuta atenta e qualificada dos membros da comunidade. Esse processo enfatiza a interação entre a equipe de pesquisadores e o grupo pesquisado, utilizando uma forma de abordagem que visa a aproximação com a realidade local, entendendo que os produtores culturais não são meros informantes, mas protagonistas na definição das ações, no entendimento acerca de suas referências culturais, assim como nos esclarecimentos quanto aos possíveis impactos sofridos em decorrência.

Sendo assim, propõe-se além da execução das ações eventualmente propostas pelos detentores, a realização de duas oficinas, conforme descrito a seguir:

## OFICINAS DE HISTÓRIA ORAL

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS E METODOLOGIA

A atividade consiste na realização de encontros com mestres e detentores identificados, de modo a priorizar aqueles interlocutores mais qualificados e envolvidos com a produção e transmissão dos saberes associados às práticas culturais. Nessas ocasiões os pesquisadores coletarão através das metodologias associadas à História Oral e à História de Vida elementos associados à biografia dos mestres e/ou principais detentores em relação aos seguintes eixos:

- identificação dos principais elementos simbólicos que integram as práticas culturais;
- registro de narrativas, cantadas, faladas ou escritas que estruturam as práticas culturais;
- registro das principais rotas, percursos ou trajetos que informam os modos de apropriação do território;
- coleta de informações acerca dos acervos associados às práticas culturais, tais como objetos rituais ou de valor histórico e/ou simbólico, instrumentos musicais, indumentária, etc.;
- impactos da instauração da situação de emergência na produção e transmissão dos saberes associados às práticas culturais.

A metodologia adotada para a atividade deverá permitir aos pesquisadores o acesso a informações que as fontes primárias escritas — preservadas e disponíveis — na maioria das vezes não desvela, porque vivas estão somente a partir da oralidade, tais como a dinâmica do cotidiano social; a transmissão de saberes tradicionais; a apreensão e uso dos espaços de sociabilidade, entre outras inúmeras possibilidades. Tendo em vista que o conjunto de saberes e visões de mundo associadas ao patrimônio intangível fazem parte daquele grupo de representações culturais herdadas e transmitidos principalmente via oralidade e exemplaridade, pretende-se, através das entrevistas, salvaguardar a memória de seus principais representantes, bem como registrar os impactos e desafios trazidos pela instauração da situação de emergência. A oficina de história oral estará vinculada também ao Registro Audiovisual da manifestação (quando aplicável).

A História Oral enquanto método é fundamentalmente participativa, e constitui uma das finalidades da atividade a oportunidade de um espaço de escuta, acolhimento e registro destes relatos a partir de termos e definições que reflitam a visão de mundo dos coletivos impactados por meio da voz dos mestres e principais representantes dos bens culturais.

É importante ressaltar que serão devidamente coletados todos os **“Termos de autorização de uso de voz, imagens e informações recolhidas no âmbito das ações de pesquisa e documentação”**, de modo com que todo o material produzido e coletado durante a pesquisa esteja apto a ser publicado/difundido, caso necessário.

As etapas de preparação da ação incluem:

6. Elaboração de material explicativo acerca dos termos de consentimento de uso de imagem e informações em linguagem acessível ao público-alvo das atividades;
7. Definição dos entrevistados que leve em consideração as normas e critérios da História Oral;
8. Criação de roteiros para as entrevistas que levem em consideração a trajetória do entrevistado em cada fase de sua vida, com blocos de perguntas sobre a infância, juventude e vida adulta;
9. Agendamento e aplicação das entrevistas;
10. Processamento técnico do áudio das entrevistas: a) transcrição, b) conferência de fidelidade e c) copidesque.
11. Devolutiva dos produtos.

#### PÚBLICO-ALVO

- Mestres e principais detentores dos bens culturais protegidos em interface com a mancha de inundação.

#### INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA:

- Espaço capaz de abrigar o público-alvo da ação;
- Disponibilização de meios de transporte para o público-alvo até o local em que a ação será realizada;
- Mesas e cadeiras suficientes para sua organização em grupos de cinco a sete pessoas;
- Material para registro das atividades: cartolina, canetas, lápis de cor, réguas, etc;
- Câmera fotográfica;
- Gravador de voz;
- Documentação comprobatória e legal:
- Listas de presença
- Termos de cessão de uso de imagem e informações (história oral).

#### OFICINA DE TRANSFORMAÇÕES E IMPACTOS

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS E METODOLOGIA

Atividade que permite conhecer a história do lugar, o processo de mobilização e transformação dos grupos/organizações/pessoas, bem como as relações (sociais, políticas, econômicas) que definem as práticas culturais, suas etapas, seus aspectos culturais, religiosos; os principais desafios a serem enfrentados para sua produção e transmissão dada a instauração da situação de emergência e/ou evacuação do território de origem. Esta atividade é especialmente recomendada para manifestações localizadas em áreas de ZAS.

O objetivo principal dessa oficina será o levantamento qualitativo de informações sobre a manifestação, e os impactos da situação de emergência ou do deslocamento da comunidade nas formas de reprodução e transmissão dos saberes e rituais associados às práticas culturais. No caso de comunidade deslocada do território, tais informações são essenciais, dado que os vínculos comunitários estarão sendo impactados pela desagregação cultural e social, catalisada pelo distanciamento das pessoas e pela perda do viver-junto.

Organizados em grupos de cinco a sete pessoas, os participantes serão estimulados a compartilhar memórias, experiências e percepções associadas aos desafios colocados pela situação de emergência para a continuidade das práticas culturais. Assim, será possível ampliar o entendimento sobre os impactos em contexto de emergência, com ênfase nos modos de como o bem será adaptado e as formas de resiliência cultural capazes de garantir sua manutenção e apropriação de novo território (se necessário).

Outro objetivo da atividade é a coleta de informações mais aprofundadas sobre a história das práticas culturais locais, suas etapas, principais elementos simbólicos, organização dos participantes e modos de apropriação do território. Contando com a orientação de um ou mais facilitadores no interior de cada um dos grupos, os participantes serão estimulados a registrar em cartazes - por meio de uma condução lúdica e interativa - elementos que compõem as práticas culturais locais no tocante à sua distribuição no espaço, bem como as principais mudanças ocorridas nos bens ao longo dos anos, com destaque para a situação de emergência ou evento da evacuação.

Ao fim da atividade, a partir do que foi levantado pelos participantes, será conduzida, no interior de cada um dos grupos, uma reflexão acerca de estratégias que visem suplantiar as principais dificuldades acarretadas pelo processo de desterritorialização e possibilidades de apropriação do novo território tendo em vista a continuidade das práticas culturais.

Para o processamento das informações coletadas será utilizada a metodologia DAFO ou SWOT (sigla em inglês para *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), perspectiva centrada no planejamento estratégico que engloba a análise de cenários para tomada de decisões. Essa ferramenta propõe analisar a situação de diferentes processos a partir da listagem de suas fortalezas, debilidades, oportunidades e ameaças<sup>9</sup>, não se limitando à identificação de problemas e carências.

As etapas de desenvolvimento da ação envolvem:

- Contato prévio com o público-alvo informando sobre o início das atividades, metodologia adotada e consulta de datas prováveis para a realização das ações;
- Envio de texto informativo contendo a finalidade, a metodologia prevista para as atividades e as datas definidas para a realização das ações;
- Realização da atividade proposta;
- Elaboração técnica das informações coletadas e produção do relatório descritivo.

#### PÚBLICO-ALVO

- Detentores, mestres e/ou grupos vinculados aos bens culturais protegidos em interface com a mancha de inundação nas áreas de ZAS.

#### RESULTADOS DA AÇÃO

9 As siglas FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) ou DAFO (Debilidades, Ameaças, Fortalezas, Oportunidades), também podem ser utilizadas para nomear este método de análise. DAVIES, Stuart. Plano Diretor. Série Museologia: Roteiros práticos, 1. São Paulo: Edusp/Fundação Vitae, 2001; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

Produção de relatório descritivo contendo os resultados alcançados a partir da ação realizada. Conterá: o registro, monitoramento e mensuração do impacto da ação; avaliação crítica do processo; documentação fotográfica; relatório das ações de comunicação e demais documentos comprobatórios.

### BENS PRIORITÁRIOS

A prioridade de execução deverá ser conferida aos bens protegidos pertencentes às comunidades: (1) localizados na ZAS – deslocadas do território de origem; e (2) localizados na ZAS (nesta ordem).

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 2

A ação deverá ser realizada conforme descrito acima, em local fora da área de mancha, e desde que seja viável fazê-la dentro dos requisitos de segurança.

### ESPECIFICIDADES NÍVEL 3

A ação deverá ser realizada conforme descrito acima, em local fora da área de mancha, e desde que seja viável fazê-la dentro dos requisitos de segurança.

### EQUIPE TÉCNICA RECOMENDADA

- Coordenador técnico – sênior
- Antropólogo – pleno
- Historiador - pleno
- Arquiteto e Urbanista – júnior
- Cinegrafista e fotógrafo - pleno
- Auxiliar

Equipe de Relações com Comunidade e Relações Institucionais: RC-Vale / RI-Vale

#### 4.2.2.2. CALENDÁRIO (CRONOGRAMA) DAS PRÁTICAS CULTURAIS

| QUADRO RESUMO          |   |
|------------------------|---|
| DESIGNAÇÃO:            | <b>CALENDÁRIO DAS PRÁTICAS CULTURAIS</b>  |
| RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de emergência 2 ou 3 – Gerência de Território Vale</li> <li>• Nível 1 e sem nível de emergência – Gerência de Operação Vale</li> </ul>                                     |
| CÓDIGO MATRIZ DE AÇÕES | [IMA-e]   |
| DATA DE ATUALIZAÇÃO:   | Setembro/2021   |
| SINOPSE:               | Fornecimento de meios para execução do calendário das práticas culturais protegidas das comunidades deslocadas.   |
| MOBILIZAÇÃO:           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Institucional</li> <li>• Detentores</li> <li>• Mestre</li> <li>• Proprietários de materialidade associada relevante</li> <li>• Equipe técnica</li> <li>• Equipamentos</li> </ul> |

|                    |  |
|--------------------|--|
| AÇÕES ANTECESSORAS | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização</li> <li>Aceite formal dos envolvidos</li> </ul>  |
| AÇÃO APLICÁVEL À:  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Bens protegidos (registrados e inventariados) em interface com a mancha de inundação da ZAS e entorno de ZAS. Ação condicionada ao deslocamento da comunidade.</li> </ul> |

Esta ação visa elaborar e executar um plano de apoio às práticas culturais e a sua materialidade associada, que contemple as principais necessidades - logísticas, financeiras e humanas - para manutenção das atividades vinculadas aos bens culturais de comunidades deslocadas, enquanto perdurar a situação de emergência.

## METODOLOGIA E PRODUTOS

A metodologia utilizada será a análise quantitativa e qualitativa dos dados auferidos por ocasião da atividade de mobilização - *Oficina de Educação Patrimonial com Foco em Situações de Emergência* e da ação denominada *Mediação e Salvaguarda*. A partir da análise destes dados na ação do projeto - a qual poderá demandar contatos posteriores, virtuais e/ou presenciais, para suplementação das informações - serão elaborados os dois principais produtos para subsidiar a manutenção do cronograma de manifestações:

- Calendário Cultural** contendo uma previsão da programação das manifestações e das atividades associadas a estas. O cronograma deve abarcar, no mínimo, um ciclo de doze meses contados a partir do deslocamento da comunidade;
- Matriz de Custos e Plano de Ação** para o suprimento de necessidades relativas ao apoio financeiro, logístico e humano necessário à manutenção das atividades.

## ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

- Contato com mestres, detentores, proprietários e/ou representantes dos bens culturais identificados na ZAS para suplementação das informações recolhidas durante as ações de mobilização comunitária;
- Definição de canais de comunicação por meio dos quais os mestres e/ou detentores possam atualizar informações presentes no calendário e informar sobre novas atividades e/ou novas necessidades dos grupos para manutenção das atividades;
- Elaboração do Calendário Cultural e Plano de Ação;
- Contratação de uma produtora de eventos com expertise na realização de eventos culturais;
- Análise e escolha da infraestrutura física de suporte para as práticas culturais, tais como: locação e disponibilização de tendas e barracas, banheiros químicos, equipamento de sonorização, gerador, equipe de segurança, transporte, equipe de limpeza, equipes médicas, alimentação, obtenção de alvarás, etc;
- Disponibilização de materialidade associada resgatada e/ou de novas (de acordo com o resultado das ações de mediação e salvaguarda): instrumentos, indumentária, imagens sacras, objetos ritualísticos, etc.
- Divulgação de peças publicitárias em meios físicos e digitais.

## BENS PRIORITÁRIOS

A prioridade de execução deverá ser conferida aos bens registrados pertencentes à comunidades deslocadas localizados dentro da mancha de inundação da ZAS. Na sequência, a ação será destinada aos bens registrados localizados no entorno de ZAS e em interface com mancha hipotética de inundação, desde que haja prejuízo à manifestação por ocasião do deslocamento.

## ESPECIFICIDADES NÍVEL 3

A ação deverá ser realizada conforme descrito acima.

## EQUIPE TÉCNICA RECOMENDADA

- Coordenador técnico – sênior
- Antropólogo – Pleno
- Historiador – Junior
- Equipe de Relações com Comunidade e Relações Institucionais: RC-Vale / RI-Vale

## 5. FICHA TÉCNICA

### CONTRATANTE



VALE S.A. - CNPJ 33.592.510/0001-54

DIRETORIA ESPECIAL DE REPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

GESTOR DO CONTRATO: WARLEY DELGADO

E-MAIL: WARLEY.DELGADO@VALE.COM

### CONTRATADA



ESTILO NACIONAL LTDA - CNPJ 06.992.587/0001-49

AVENIDA AFONSO PENA, 3111/ 503, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG

TELEFONE: 31 2127-2211

E-MAIL: CONTATO@ESTILONACIONAL.COM

### DIREÇÃO

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| EDUARDO FELIPE ANDRADE ALVIM    | ARQUITETO E URBANISTA / CAU Nº A38989-7 – SÓCIO-DIRETOR E RESPONSÁVEL TÉCNICO  |
| MARÍLIS MENDES P. DA COSTA LIMA | ARQUITETA E URBANISTA / CAU Nº A39320-7 – SÓCIA-DIRETORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA |

### EQUIPE

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| ALZIMAR CARDOSO DA SILVA        | ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO                 |
| BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO    | ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)       |
| BERNARDO ALVES DE BRITO ANDRADE | HISTORIADOR   |
| CAROLINA PALHANO                | ARQUITETA E URBANISTA                               |
| CAROLINE CÉSARI DE OLIVEIRA     | ANTROPÓLOGA E HISTORIADORA (COORDENADORA IMATERIAL) |
| DENISE CAPOANI                  | HISTORIADORA  |
| EDILSON BORGES DE BARROS FILHO  | ARQUITETO E URBANISTA (COORDENADOR MATERIAL)        |
| ERIC OLIVEIRA PEREIRA           | GEÓGRAFO  |
| ISABELA CRISTINA DE ASSIS BERG  | ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)       |
| ISABELLA CORRÊA DIAS AMARANTE   | ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)       |
| LUCAS ANDRADE COSENDEY          | ARQUITETO E URBANISTA                               |



|                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| LUIZ FERNANDO MARTINS             | ARQUITETO E URBANISTA   |
| LUIZA GONTIJO ÁLVARES DE C. ABREU | GEÓGRAFA  |
| KLEUMANERY DE MELO BARBOZA        | CONSERVADORA-RESTAURADORA (COORDENADORA ELEMENTOS ARTÍSTICOS) |
| MAÍRA CARDOSO ONOFRI MAGALHÃES    | ARQUITETA E URBANISTA   |
| MARCO AURÉLIO DRUMOND             | HISTORIADOR   |
| MARCO TÚLIO BONES SOARES          | ARQUITETO E URBANISTA   |
| MAURÍCIO MACHADO SIQUEIRA FILHO   | ANTROPÓLOGO   |
| PABLO ARIEL ESCUDERO              | ARQUITETO E URBANISTA   |
| PAULO MARCUS OLIVEIRA FONSECA     | GEÓGRAFO  |
| RAFAEL CUNHA DE MENDONÇA          | GEÓGRAFO  |
| RAFAEL LIBERAL FERREIRA           | GEÓGRAFO  |
| RAFAELA FONSECA DE OLIVEIRA       | ARQUEÓLOGA  |
| RAMON RAMOS PIMENTA               | ARQUITETO E URBANISTA   |
| RHULIO RODD NEVES DE AGUIAR       | HISTORIADOR   |
| SORAIA APARECIDA MARTINS FARIAS   | ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)                 |
| STEFANY HELENA DA SILVA           | GEÓGRAFA  |

